

O Cu (de) Preciado — estratégias cucarachas para não higienizar o queer no Brasil

Larissa Pelúcio

Universidade Estadual Júlio de Mesquita filho – UNESP

Resumo: Desde que aportou no Brasil no início deste século, sobretudo via obra da filósofa Judith Butler, a teoria queer tem sido seguida, criticada, contestada e pouco problematizada em suas implicações epistemológicas mais profundas. Ainda que se tenha, nacionalmente, empreendido significativos e consistentes debates sobre os aportes que esta vertente dos saberes subalternizados tem suscitado, ainda são poucas as discussões que procuram pensar nessas contribuições no contexto específico brasileiro, no qual as categorias de gênero, sexualidade, raça/etnia, se interconectam de maneira singular, configurando experiências muito distintas daquelas discutidas por autoras e autores estrangeiros filiados a esta corrente. A provocação aqui é de pensar antropofagicamente, buscando nessa reflexão diálogos frutíferos com os feminismos, as leituras pós-coloniais, com ênfase naquelas pensadas

a partir da realidade latino-americana, na tentativa de tencionar nossas produções – pensadas a partir de realidades locais – diante de questões que também são transnacionais. Mais que traduções do “queer”, a ideia aqui é pensar em uma teoria informada por essas produções, mas que ouse se inventar a partir de questões próprias de nossa experiência marginal. Nesta apresentação, tomo a curta, mas intensa, produção do antropólogo argentino Néstor Perlongher como um dos marcos para a elaboração de uma “teoria cu” latino-americana, mas, sobretudo brasileira, produzida fora dos regimes falocêntricos e heteronormativos da ciência canônica.

Palavras-chave: teoria queer, teoria cu, epistemologias do Sul, Néstor Perlongher.

Résumé : Dès qu'elle a débarqué au Brésil au début de ce siècle, via les travaux de la philosophe Judith Butler, principalement, la théorie queer a été suivie, critiquée, contestée et peu problématisée dans ses implications épistémologiques les plus profondes. Bien que l'on ait, au niveau national, entrepris d'importants et solides débats sur les apports que ce versant des savoirs subalternisés a suscité, les discussions qui cherchent à réfléchir à ces contributions dans le contexte spécifique du Brésil sont encore peu nombreuses. Or, les catégories de genre, sexualité, race/ethnie, s'y interconnectent de manière particulière, configurant des expériences très distinctes de celles discutées par des auteures et auteurs étrangers issus de ce courant. Notre provocation réside ici à penser anthropophagiquement, et chercher dans notre réflexion de fructueux dialogues avec les théories féministes, les lectures post-coloniales,

et tout particulièrement celles pensées à partir de la réalité latino-américaine, dans le but de mettre sous tension nos productions – pensées à partir de réalités locales – face à des questions qui sont également transnationales. Plus que traduire le « queer », l'idée est de réfléchir à une théorie en tenant compte de ces productions intellectuelles, mais une théorie qui ose s'inventer à partir de questions propres à notre expérience marginale. Dans notre article, nous prenons la courte, mais intense, production de l'anthropologue argentin Néstor Perlongher comme l'une des bases pour l'élaboration d'une « théorie cul » latino-américaine, mais surtout brésilienne, produite en dehors des régimes phallogocentriques et hétéronormatifs de la science canonique.

Mots clef : Théorie queer, théorie “cul”, épistémologies du sud, Néstor Perlongher.

Presos em um engarrafamento em uma das vias mais caóticas da cidade de São Paulo, eu e um amigo conversamos sobre sexo e tecnologias. Ele me pergunta se já li *Testo Yonki?*, então, a última publicação da filósofa espanhola Beatriz Preciado, hoje Paul Preciado. Digo que, coincidentemente, estou a ler aquele texto, e o faço avidamente, meio adicta. A conversa nos anima. Atropelamos nossas falas, interrompemos abruptamente a linha rugosa das nossas argumentações para ouvir um ao outro. Em meio aquele cenário distópico, discutimos a era farmacopornográfica.

Preciado propõe que o circuito sexo-capital integra, distribui e organiza imagens, mensagens, corpos, desejos, dinheiro, fluídos, fármacos como elementos contemporâneos característicos da fase atual do capitalismo. O regime farmacopornográfico seria esse momento pós-fordista de organização do capital, e da vida cultural, centrado em uma biopolítica tecnológica, na qual a indústria farmacêutica cumpre papel central na produção de corpos e subjetividades. Adiciono as novas tecnologias de comunicação, as mídias digitais, como canais imprescindíveis para o funcionamento desse regime que tem algo de anárquico, pois sua própria maneira de se organizar e controlar deixa brechas para apropriações subversivas de suas tecnologias. Por exemplo, quando travestis brasileiras usam hormônios produzidos para controlar a fertilidade feminina, estão se apropriando de forma inesperada dessas tecnologias normalizadoras. O silicone industrial capaz de azeitar motores

1 Neste livro, Preciado narra sua experiência com a autoaplicação de testosterona em gel. Ao tom biográfico, são acrescentadas reflexões teóricas oferecendo-nos uma leitura estimulante, profunda e, por vezes, paradoxal, uma vez que certas aventuras narradas são desconcertadamente androcêntricas.

é convertido por elas na confecção de nádegas, coxas, em formas sedutoras, redondas, femininas. Um feminino que tem o pênis como elemento de sedução para uma clientela vasta que, em alguns países europeus², como atestam as muitas guias eróticas disponíveis na internet, as quer ativas, isto é, viris, penetrativas, eréteis.

Retomo com meu colega de viagem a discussão sobre sexo, gênero, tecnologias e, inevitavelmente voltamos a *Testo Yonki*. Gozamos com Preciado política, intelectual e esteticamente. Rimos, porque aquela conversa parecia funcionar em nós como aquele gel que elx³ espalha pelos ombros e ventre, estimulando-nos. Nossas inquietações se misturam ao “testogel” e esse gruda nas palavras que, ditas em espanhol, parecem mais potentes, pelo menos para mim. Há algo de colonial nesse idioma quando vem da Península Ibérica. Meu amigo concorda e acha aí a brecha para exprimir suas inquietações com aquele texto especificamente, com alguns/algumas autores/as que nos têm inspirado como intelectuais identificados com a teoria queer.

O professor Pedro Paulo Pereira, meu companheiro naquela viagem tecnopolítica pelas veias entupidas de São Paulo, indaga “sobre as potencialidades do queer nos trópicos”. Sua proposta se inicia pela própria crítica colonial, provocando minha imaginação com a possibilidade epistêmica de pensarmos a partir de algumas torções, de, com essas investidas, levarmos Preciado para a Amazônia, assim como um dia, Laura Bohannan (2005) precisou levar Shakespeare para a selva para descobrir que não há uma natureza humana exatamente igual no mundo inteiro e que as interpretações dos dramas humanos só fazem sentido em contexto⁴. Ainda que, muitas vezes, cheguemos a duvidar da potência universalizante dos conceitos e da matriz científica, acabamos nos esforçando no sentido de torná-los universais. Desta forma, nos empenhamos, por vezes, em traduções que, como tal, têm grande potencial para traírem-se. Nossas inquietações são, portanto, também linguísticas e, como tal, políticas.

“Como traduzir a expressão queer? Haveria possibilidade de o gesto político queer abrir-se para saberes-outros ou estaríamos presos dentro de um pensamento sem que nada de novo possamos propor ou vislumbrar?”. Pereira tem se empenhado nesse exercício e produzido reflexões importantes que deslocam a lógica do “centro” para outras “sócio-lógicas” forjadas nas experiências coloniais, nos apagamentos de saberes que são hoje como palimpsestos que nos esforçamos em reconhecer, em adivinhar suas lacunas para fazê-los falar. É quando nos damos conta que nosso vocabulário ainda é escasso quando tratamos de buscar outras maneiras de dizer sobre nós. “Existe na posse da linguagem uma extraordinária potência⁵”, aprendemos com Frantz Fanon.

2 Entre os anos 2008 e 2010, realizei pesquisa de pós-doutorado sobre o mercado transnacional do sexo envolvendo travestis brasileiras em seus trânsitos para a Europa. Foquei-me, sobretudo, na Espanha, onde convivi com clientes e dediquei-me a incursões diárias por fóruns e guias eróticas disponíveis na web a fim de entender como o circuito sexo-capital operava azeitado por todo um imaginário colonial capaz de incitar o desejo e alimentar o trânsito migratório.

3 O uso do “x” remete não só à linguagem inclusiva que procura contemplar graficamente a pluralidade de gêneros, mas ao apagamento do mesmo, como tem feito Preciado.

4 A antropóloga norte-americana descreve neste delicioso texto sua experiência etnográfica ao contar para os Tiv, povo da África Ocidental, a tragédia de Hamlet, o qual ela considerava guardar um sentido fundamental comum, independente da audiência, uma vez que, supostamente, trataria de dramas universais da alma humana. Ao fim, os anciãos Tiv acabam ensinando à pesquisadora outra forma de entender a estória.

5 PEREIRA, Pedro Paulo G., “Queer nos trópicos”, in *Revista Contemporânea*, vol. 2 (2), 2012, p. 371-394.

6 FANON, Frantz, *Pele Negra, Máscaras Brancas* [1952], Salvador, EDUBA, 2008, p. 34.

Pensadoras e pensadores queer fizeram uso, desde o início da conformação desse campo de proposições teóricas, dessa potência. Adotaram a ofensa, a identidade atribuída e nunca reivindicada, como seu lugar político: queer. Em inglês, já sabemos, o termo é ofensivo. “É como te chamam na escola quando zombam de ti”, explica a antropóloga norte-americana de origem latina, Marcia Ochoa. É ela ainda que adverte que se deve ter muito cuidado com a palavra queer, pois se trata de uma categoria local estadunidense que tem viajado justamente porque aquele país mantém ainda certa hegemonia na produção de conhecimento, o que permite a publicação e circulação de textos norte-americanos por todo o mundo. De modo que o termo “queer” tem viajado muito, “mas não tem a mesma ressonância em todos os lugares⁸”.

As incompreensões, em contexto nacional, vão além da sonoridade do “queer”. O fato é que o termo nada quer dizer para ouvidos leigos e, mesmo em ambiente acadêmico, ainda é bastante desconhecido como campo de reflexão. De maneira que a intenção inaugural desta vertente teórica norte-americana de se apropriar de um termo desqualificador para politizá-lo, perdeu-se em alguma medida no Brasil, onde o termo passa a circular, de fato, pós-coquetel antirretroviral⁹.

Em uma tentativa de análise retrospectiva, vale pensar como o termo vai ser apropriado levando-se em conta o contexto de politização crescente da Síndrome de Imunodeficiência Adquirida (SIDA), a articulação de grupos sociais diversos como hemofílicos, prostitutas, homossexuais e a posterior formação de Organizações Não-Governamentais de Luta contra a Aids, as quais, muitas vezes, reuniram diferentes segmentos. Houve, naquele momento, uma diluição das organizações homossexuais, com seus quadros migrando para as chamadas ONGs/Aids¹⁰. De maneira que a teoria queer assumiu outros contornos políticos e teóricos, pautada, em sua recepção, por um cenário nacional específico. De forma que a ousadia pós-identitária do primeiro artigo de Judith Butler traduzido no Brasil e também publicado nos *Cadernos Pagu* (1998)¹¹, encontrou-se com políticas reivindicatórias calcadas em bioidentidades forjadas em biossociabilidades¹². Diante deste cenário, não nos

7 Tradução minha do original “es como te llamaban en la escuela cuando se burlaban de ti”, OCHOA, Marcia, “Ciudadanía perversa: divas, marginación y participación en la ‘localización’”, in *Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización*, Daniel Mato (coord.), Caracas, FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004, p. 239-256.

8 Tradução minha para: “Pero no tiene la misma resonancia en otros lugares”. *Ibid.*, p. 254.

9 Estou a considerar que a introdução da teoria queer no Brasil se deu em 1995, com a resenha de Karla Bessa, publicada nos *Cadernos Pagu* em 1995 sob o título de “Gender Trouble: outra perspectiva de compreensão do Gênero”. O coquetel antirretroviral para combate à Sida passa a ser distribuído no Brasil de forma gratuita em dezembro de 1996. Para ver mais: BESSA, Karla e MARTINS, Adriana “Gender Trouble: outra perspectiva de compreensão do Gênero”, in *Cadernos Pagu*, Campinas, São Paulo, v. 4, 2005, p. 261-267.

10 Para uma discussão mais aprofundada sobre o tema consultar: CÂMARA, Cristina e LIMA Ronaldo, “Histórico das ONGs/Aids e sua contribuição no Campo das Lutas Sociais”, in *Cadernos ABONG 28-Direitos humanos, cidadania e Aids*, São Paulo, Ed. Autores Associados, 2000, p. 29-74 e PELÚCIO, Larissa, “ONGs/AIDS e Estado: parceria e conflito”, Dissertação de Mestrado Não-Publicada, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2002.

11 BUTLER, Judith, “Fundamento Contingentes: o Feminismo e a questão dos pós-modernismos”, in *Cadernos Pagu*, nº 11, 1998, p. 11-42.

12 Para Francisco Ortega, a “biossociabilidade é uma forma de sociabilidade apolítica constituída por grupos de interesses privados, não mais reunidos segundo critérios de agrupamento tradicional como raça, classe, estamento, orientação política, como acontecia na biopolítica clássica, mas segundo critérios de saúde, performances corporais, doenças específicas, longevidade, etc”. Para ver mais: ORTEGA,

foi propriamente fácil assumir que falamos a partir das margens, das beiras pouco assépticas, dos orifícios e dos interditos. Com a emergência da Sida no Brasil, a “analidade” entra em jogo.

Para *loca*-lizar o debate¹³

Diferentemente do que se passou nos Estados Unidos, os estudos queer entraram no Brasil pela porta das universidades e não como expressão política vinda do movimento social. Evidentemente, esse percurso tem a ver com questões históricas, políticas e culturais que singularizam os saberes localmente. Estas marcas precisam ser apresentadas, uma vez que muito mais do que propor uma vertente teórica nacional específica, nomeada de “teoria cu”, meu objetivo neste artigo é justamente problematizar as formas como temos localmente absorvido, discutido e resignificado as contribuições de teóricas e teóricos queer.

Quando falo em teoria cu, mais que uma tradução para o queer, talvez eu esteja querendo inventar uma tradição para nossos saberes de cucarachas. Tentativa de evidenciar nossa antropofagia, a partir da ênfase estrutural entre boca e ânus, entre ânus e produção marginal. Minha inspiração, claramente, vem de Beatriz Preciado, que devoro com prazer canibal. No posfácio à reedição do livro seminal de Guy Hocquenghem, *El Deseo Homosexual* (2009 [1972]) ela retoma vigorosamente algumas das discussões já apresentadas no *Manifiesto Contra-sexual*, que reproduzo a seguir: “Historicamente o ânus tem sido concebido como um órgão abjeto, nunca suficientemente limpo, jamais silencioso. Não é e nem pode ser politicamente correto¹⁴”.

Apesar das singularidades locais, nossa tendência inicial de aproximação com os estudos queer foi, sobretudo, de procurar aplicar os achados teóricos e conceituais queer, mais do que tencioná-los e, assim, produzir nossas próprias teorias (ainda que em diálogo com o que estava sendo produzido em outros países). Postura que tem mudado durante o próprio exercício de pesquisa e produção intelectual brasileira no campo do gênero e da sexualidade. Mas o fato é que ainda nos mantemos bastante reverentes a produções teóricas europeias e norte-americanas, enquanto guardamos relativa ignorância a respeito das contribuições de nossos vizinhos continentais, com os quais compartilhamos, muitas vezes, cenários sociais, políticos, econômicos e culturais bastante próximos. Sintomaticamente, dialogamos muito pouco com o resto da América Latina. É como se a língua portuguesa tivesse nos ilhado nesse mar volumoso do idioma espanhol.

Francisco, “Práticas de ascese corporal e constituição de bioidentidades”, in *Cadernos de Saúde Coletiva*, vol. 11, nº 1, 2003, p. 6.

13 Marcia Ochoa, antropóloga norte-americana de origem colombiana, marca seu saber situado a partir do jogo de palavras que o verbo “localizar” permite em espanhol, posto que o termo “loca” refere-se, como também acontece em português (bicha louca) a homossexuais com estilo mais *camp*, isto é, mais “pintosos”. Para ver mais: OCHOA, Marcia, “Ciudadanía perversa: divas, marginación y participación en la ‘localización’”, *Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización*, in Daniel Mato (coord.), Caracas, FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004, p. 239-256.

14 PRECIADO, Beatriz, “Terror Anal: apuntes sobre los primeros días de la revolución sexual”, in HOCQUENGHEM, Guy, *El deseo homosexual*, España, Ed. Melusina, S. L., 2009, p. 172.

Apresento, a seguir, ainda que de forma impressionista, as marcas locais que fazem do queer antes um discurso acadêmico que ativista no Brasil. Neste ponto, é preciso ter cuidado para não reforçar dicotomias perigosas como aquelas que separam filiações teóricas de posições políticas.

O pensamento queer foi desde seu início acadêmico em terras brasileiras eminentemente uma teoria de combate. Posso dizer que a teoria queer é para mim um espaço de luta política, uma arena de embate de ideias que procura enfrentar a naturalização de uma série de opressões, seja evidenciando o caráter compulsório da heterossexualidade, desconstruindo binarismos que enrijecem possibilidades de transformações, politizando o desejo, ou apontando para as crueldades dos discursos hegemônicos, muitas vezes revestidas de um cientificismo que quita a humanidade de determinados seres humanos, tratando-os como abjetos.

Guacira Lopes Louro, talvez umas das primeiras acadêmicas brasileiras a escrever, entre nós, sobre queer, apresenta essa vertente teórica como reativa à normalização, “venha ela de onde vier¹⁵”. Grande parte dessa posição de enfrentamento à produção acadêmica mais canônica e ao movimento político que se rendia ao higienismo suscitado pela crise da aids, tem na adoção do termo “queer”, sugerido por Teresa de Lauretis, uma bandeira antiassimilacionista. Foi assim que os estudos queer foram percebidos no Brasil no início dos anos 2000: como uma teoria de ação/reflexão, capaz de se valer dos aportes de Foucault, Derrida, do feminismo da diferença, dos estudos pós-coloniais e culturais para desafiar não somente a sexualidade binária e heterossexual, mas a matriz de pensamento que a conforma e sustenta. Certamente, não foi recebida assim de forma unânime. Algumas pessoas viram nos aportes teóricos e conceituais das/dos teóricas/os queer uma possibilidade de atualizar os estudos gays e lésbicos que já se faziam no Brasil desde a década de 1980.

Como já mencionei, os estudos queer começam a ser referenciados no Brasil no mesmo momento no qual experimentávamos o fortalecimento de políticas identitárias¹⁶, entre estas estavam aquelas articuladas pelo então movimento GLBT (gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais). De maneira que uma teoria que se proclamava como não-identitária parecia potencialmente despolitizante. Não tardou para que algumas lideranças do movimento LBGT brasileiro, muitas delas formadas na militância da luta contra a aids, se pronunciassem contra “os queer”. Isto é, não era propriamente contra um conjunto de proposições teóricas, de fato, pouco lido fora do ambiente universitário, que dirigiam suas recusas e acusações, mas a determinados nomes da academia. O sociólogo

15 LOURO, Guacira Lopes, “Os estudos feministas, os estudos gays e lésbicos e a teoria queer”, in *Labrys, estudos feministas*, agosto/dezembro, nº 6, 2004, p. 546.

16 No Brasil, vivemos, nos anos de 1980, com o recrudescimento da aids, o esvaziamento do movimento homossexual, com forte migração dos e das ativistas para as ONGs/aids, as quais passaram a receber fomentos de organismos internacionais via Programa Nacional de DST/Aids, reverteu-se no início do século XXI. Este foi um processo complexo, atravessado por múltiplos fatores, mas para meu argumento aqui, vale sublinhar que passada a fase “heroica” da luta contra a aids, o esgotamento de recursos financeiros para aquelas ONGs, o exercício de articulação política com diferentes movimentos sociais, outras questões suscitadas pela própria dinâmica social e política do país passaram a mobilizar os ativistas em relação a demandas relativas a direitos sexuais, fortalecendo, paulatinamente, o que viria a ser chamado de Movimento LGBT, mas também o movimento de mulheres e o movimento negro. Muitas das bandeiras destes foram encampadas pelo Estado, de maneira que em 2004 foi lançado o programa nacional Brasil Sem Homofobia, ligado à Secretaria de Direitos Humanos do Ministério da Justiça. Um ano antes, o governo Federal criou a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPPIR/PR) cujo objetivo é diminuir a desigualdade racial no País, com ênfase para a população negra e, ainda em 2003, instituiu a Secretaria de Políticas para as Mulheres.

brasileiro Richard Miskolci discutiu com grande propriedade esse novo cenário. Foi-se criando uma preocupante “divisão entre « identitários » e « queer »”, dicotomia que não impacta, de fato, a forma como a sociedade brasileira percebe o movimento. Para Miskolci, o fundamental seria que pensássemos “qual o papel do movimento dentro do novo cenário da política sexual brasileira¹⁷”.

É neste novo cenário que estamos construindo um campo de pesquisa queer, marcado em boa medida pelo recente processo de democratização do país e, mais recente ainda, de nossa ascensão econômica no panorama internacional, com diminuição da pobreza, mas com índices ainda alarmantes relativo às desigualdades¹⁸. O fato de essas serem mudanças recentes – elas não têm mais que 30 anos – é fato revelador que dá a ver as cicatrizes de um passado colonial, do qual herdamos vícios políticos como o clientelismo e um latente sentimento de inferioridade, além, é claro, da língua portuguesa.

Histerias higienistas

Muita coisa mudou desde os anos 80, quando fomos aterrorizados pelo pânico moral da aids, quando um surto de ignorância médica ressuscitou palavras medievais como “peste” e “praga”. Enquanto termos como “homossexualismo” e “perversão”, tão antigos quanto o século XIX, voltaram a povoar a imaginação midiática, nós buscávamos saídas.

Foi preciso organizar esforços para o combate à onda repressiva, uma verdadeira “caça às bruxas” que pode ser melhor exemplificada por quem a viveu de forma dramática, como o escritor e ativista do movimento homossexual João Silvério Trevisan. Em seu livro *Devassos no Paraíso – A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*, ele narra em tom biográfico o susto que levou diante da seguinte inscrição num banheiro público de São Paulo: “contribua para o progresso da humanidade, mate um gay por dia¹⁹”. Pichação que traduzia em termos populares aquilo que os jornais diziam, valendo-se muitas vezes de depoimentos de autoridades médicas como o do chefe do Departamento de Doenças Infecciosas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, Vicente Amato Neto, que conclamava os órgãos de saúde e higiene para agirem com “a ênfase devida”,

17 MISKOLCI, Richard, “Não somos, queremos: reflexões queer sobre a política sexual brasileira contemporânea”, *Stonewall 40 + o que no Brasil?*, in Leandro Colling (org.), Salvador, EDUFBA, 2011, vol. 1, p. 44.

18 Desde 2001, a desigualdade estava em declínio e, no ano de 2012, de acordo com a Síntese de Indicadores Sociais (IBGE), o Brasil atingiu sua menor desigualdade de renda em trinta anos. Mas ainda temos um número considerável de lares (30% segundo a SIS) de domicílios urbanos sem serviços básicos, e quanto às oportunidades no mercado de trabalho, ainda são mulheres as que se encontram em maior desvantagem, sobretudo as mais jovens e menos brancas. No trabalho doméstico, por exemplo, 68% são negros – e a maioria, mulheres. O que torna o Brasil um caso especial é a sobrevivência de desigualdades históricas em meio a um processo de modernização acelerado. No campo da educação, dados recentes mostram que entre os jovens (18 a 24 anos) autodeclarados como negros, cerca de 10% cursavam ou haviam concluído um curso superior. Entre os brancos, esse índice sobe para mais de 25%. O tempo médio de estudos dos negros, 6,7 anos, também é menor do que o da população autodeclarada branca, de 8,4 anos. Para ver mais: SCALON, Celi, “Desigualdade, pobreza e políticas públicas: notas para um debate”, *Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar*, nº 1, Jan.–Jun. 2011, p. 49-68.

19 TREVISAN, João Silvério, *Devassos no Paraíso – A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*, Rio de Janeiro e São Paulo, Record. 2004, p. 450.

ao invés de “apoiar irregularidades, como os atos sexuais anormais e os vícios”. Afinal, “aceitar que cada um tem o direito de fazer o que desejar com o próprio corpo é convicção plena de irresponsabilidade”, dizia Amato Neto. E terminava sugerindo ironicamente que se deveria passar o cuidado dos doentes para os defensores desse direito, ou seja, “as organizações de homossexuais, bissexuais e drogados²⁰”.

Paralelo a este clima de pânico, o Brasil vivia o processo de esgotamento da ditadura militar que durou 21 anos (até 1984), de modo que os movimentos sociais voltavam a se reorganizar. Alguns deles incluem a luta contra a aids e o preconceito em sua agenda política. Hemofílicos, homossexuais, associação de prostitutas e de travestis, médicos e profissionais de saúde engajados na luta pela popularização e democratização da saúde, foram alguns desses grupos organizados que procuraram enfrentar a onda moralizante que fazia da aids antes uma punição merecida aos “desviantes” da ordem e da moral do que uma doença.

Nós que, como outras sociedades, tivemos também nosso luto acadêmico nas baixas da aids, ficamos um pouco órfãs de ideias quando os anos de 1990 terminaram e o novo século se inaugurou espetacularmente em 11 de setembro. A ativista e travesti Claudia Wonder, que faleceu se entendendo como pessoa intersex, me disse uma vez que a aids foi mais que uma epidemia, foi uma queima de arquivo. Matou conhecimentos que estavam sendo gestados pelas travas, pelos viados²¹, pelos esquerdistas, pelos artistas marginais. Ficou um vazio. Talvez por isso nós tivéssemos, naquele momento, tanta vontade de saber. Entre as nossas vítimas da aids estava Néstor Perlongher, autor da provocativa etnografia intitulada *O Negócio do Michê*²². Nos final dos anos 80, Néstor Perlongher já voltava seu olhar para as bordas, e ali “sublinhava as resistências marginais, os saberes próprios daqueles espaços²³”.

Em seu trabalho polêmico sobre rapazes que se prostituíam nas ruas centrais da metrópole de São Paulo (*O Negócio do Michê*), assim como no pequeno *O que é Aids*, publicado no mesmo ano, Perlongher opta claramente por caminhos menos óbvios dentro de território acadêmico brasileiro. Diante de um país que se urbanizou fortemente desde os anos de 1950, e de uma academia que estava mais livre para a produção, uma vez que o país entrara em seu período democrático, Perlongher vai para as esquinas marginais, onde ele prefere não falar de aids, guardando o tema para outro livro.

Ainda que se insira no contexto de pesquisas sobre a homossexualidade no Brasil, originadas, principalmente, na Unicamp (Universidade Estadual de Campinas) entre a segunda metade da década de 1970 e início da seguinte, a investigação de Perlongher se destacou não apenas por eleger um tema polêmico e pouco explorado, mas, sobretudo, pela forma como abordou este objeto. Ao invés de apenas fornecer um retrato do negócio da prostituição viril na década de 1980, Perlongher conseguiu unir pesquisa etnográfica e reflexão metodológica de maneira que terminou sua pesquisa de forma muito distinta de como a iniciou. Há um processo suave e cuidadoso de tessitura teórica

²⁰ *Ibid.*

²¹ Forma popular e pejorativa de se nomear homossexuais masculinos no Brasil. Porém, muitos segmentos, como o das travestis, por exemplo, se apropriaram do termo e o usam tanto como auto-identificação, como termo de ofensa, conforme o contexto.

²² PERLONGHER, Néstor, *O Negócio do Michê: prostituição viril em São Paulo*, São Paulo, Brasiliense, 1987.

²³ MISKOLCI, Richard e PELÚCIO, Larissa, “Prefácio à nova edição”, in PERLONGHER, Néstor, *O Negócio do Michê: prostituição viril em São Paulo*, São Paulo, Perseu Abramo, 2008, p. 9.

que perpassa o livro até chegar, nos capítulos finais, à sua contribuição peculiar aos estudos sociológicos e antropológicos: uma reflexão sobre o social sob a perspectiva do desejo²⁴.

Perlongher teorizou com liberdade crítica sobre sexualidade, homossexualidade, aids e medicina, recusou com sua escrita potente e fronteiriça (sempre misturando o português e o espanhol, sua língua nativa) a normalização dos corpos e das sexualidades transgressivas. Deixando, como já escrevi mais acima, a epidemia fora dos territórios da prostituição, o que me parece uma calculada forma de não se render ao pânico moral em curso. Em *O que é Aids*²⁵, Néstor chama as práticas de sexo seguro de “histeria higienista” e questiona a eficácia da camisinha como insumo preventivo, pois vê nela “a presença transparente da lei” a se imiscuir entre “os lascivos órgãos” que se encontram “no turbilhão dos fluxos”, num “abominável processo de disciplinarização e normatização da homossexualidade²⁶”.

Contra esse processo que ele chama de “virada à direita” que tomava o Ocidente, ele escreve para a consagrada editora Brasiliense (notabilizada por suas publicações mais afinadas com a esquerda brasileira), o pequeno *O que é Aids*, como parte da coleção Primeiros Passos, que a editora publicou por anos. O notável desta coleção foi seu compromisso em abordar temas complexos de maneira mais acessível em textos escritos por intelectuais brasileiros consagrados em suas áreas de pesquisas. Perlongher concentra seu arsenal teórico, claramente foucaultiano, mas também bastante pessoal, a fim de mostrar que para se entender “o que é aids”, é preciso conhecer aqueles saberes que têm o poder de instituir verdades sobre esta síndrome e tecer julgamentos morais sobre as pessoas atingidas por ela, regulando suas condutas, vigiando seus corpos e normalizando seus desejos. Para tanto, mobiliza a linguagem acadêmica mesclando-a com aquela própria dos guetos e dos espaços marginais.

Para ele, “com a aids, os olhos da ciência se voltam para o ânus²⁷” de maneira que a medicina reataria sua antiga relação com a homossexualidade, podendo novamente patologizá-la. Escrever desta forma, com este vocabulário e com tal senso crítico, foi algo bastante vanguardista e, mesmo, transgressivo para aqueles anos em que o próprio movimento homossexual brasileiro aderira ao discurso preventivo, higienizando suas práticas e reatualizando o dispositivo do “armário”, de onde agora saíam os “gays plásticos”, como Perlongher classificou aqueles que, adotando um modelo “hetero” de comportamento, estariam aderindo a essa onda higienista, propagando o sexo seguro (leia-se o sexo sem sexo), o casamento, a castidade, apartando-se da vasta marginalia das sexualidades periféricas. Entendo que nestes escritos temos os primeiros ensaios para uma teoria cu, uma teoria cucaracha²⁸, antropofágica como tem sido nossa tradição.

24 *Ibid.*, p. 15.

25 PERLONGHER, Néstor, *O que é AIDS*, São Paulo, Brasiliense, 1987.

26 *Ibid.*, p.75-76.

27 *Ibid.*, p. 87.

28 “Cucarachas”, baratas em espanhol, foi expressão usada muitas vezes para nomear, nos Estados Unidos, os/as imigrantes latino-americanas/os. O termo, claramente pejorativo, pode nos servir aqui da mesma maneira como o xingamento “queer” serviu aquelas/es primeiras/os teóricas e teóricos queer. Explicamos: apropriamo-nos de uma identidade imposta a fim de politizá-la e, assim, transformá-la em ferramenta de luta teórica.

Epistemologias cucarachas

Nós guardamos marcas históricas e culturais dos discursos que nos constituíram como periféricos. Isso, claro, marca também nossos textos e reflexões. Quando pensamos em raça, cor, classe, sexualidades, não podemos esquecer de nossas peculiaridades locais. Como escreveu Richard Miskolci, no seu *O Desejo da Nação*: “o ideal de nação que guiou políticas e práticas sociais²⁹” que orientou nosso desejo de nação, foi “moldado por fantasias elitistas sobre branquitude³⁰” que passava necessariamente por um regime erótico específico de racialização do sexo e vinculação entre classe e cor, além da sexualização desprestigiada dos não-brancos.

Na geografia anatomizada do mundo, nós nos referimos muitas vezes ao nosso lugar de origem como sendo “cu do mundo”, ou fomos sendo sistematicamente localizados nesses confins periféricos e, de certa forma, acabamos reconhecendo essa geografia como legítima. E se o mundo tem cu é porque tem também uma cabeça. Uma cabeça pensante, que fica acima, ao norte, como convém às cabeças. Essa metáfora anatômica desenha uma ordem política que assinala onde se produz conhecimento e onde se produzem os espaços de experimentação daquelas teorias. Esta mesma geopolítica do conhecimento nos informa também em quais línguas se pode produzir ciência e, em silêncio potente, marca aquelas que são exclusivamente “produtoras de folclore ou cultura, mas não de conhecimento/teoria³¹”.

Retomando as discussões propostas por Mignolo, penso que muitas vezes temos compactuado com essas “verdades” produzidas pela epistemologia ocidental, composta por binarismos duros: norte-sul, centro-periferia, desenvolvidos-em desenvolvimento, brancos-não brancos, racionais-passionais. Dicotomias que reforçam o que o antropólogo Jonnanes Fabian conceituou como discurso “alacrônico” aquele que resulta da prática de falar do “outro” colocando-o em um tempo diferente do tempo daquele em que se está falando³². Ao construir cada polo das dicotomias “nós/outros”, “West/rest”, “civilizados/bárbaros” separadamente, e não como relacionados, esconde-se que o significado decorre sempre de relações e não de essências isoladas. É o que Jacques Derrida³³ chamou de lógica da suplementaridade. Essa operação discursiva permite que se naturalizem diferenças, a partir da articulação de pares de oposição como simples negação das diferenças entre os polos do dualismo e não como parte de um mesmo sistema, no qual o hegemônico só se constrói em uma oposição necessária a algo inferiorizado e subordinado.

Já há algum tempo temos enfrentado imaginativamente essas fronteiras. Quando uso o adjetivo “imaginativamente” estou me inspirando em Arjun Appadurai³⁴ que, a meu ver, faz uma

29 MISKOLCI, Richard, *O Desejo da Nação – masculinidade e branquitude no Brasil finissecular*, São Paulo, Annablume/Fapesp, 2012, p. 148.

30 *Ibid.*

31 Mignolo, 2000 apud Grosfoguel, 2008: GROSFOGUEL, Ramón, “Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 80, março de 2008, p. 115-147.

32 RUISECO, Gisela e VARGAS, Liliana, “La Europa-fortaleza y su otro (inmigrante) colonial: Un análisis desde las propuestas del Programa Modernidad/Colonialidad Latinoamericana”, in *I training seminar de jóvenes investigadores en dinámicas interculturales*, Barcelona, Fundación CIDOB, 2009.

33 DERRIDA, Jacques, *A escritura e a diferença*, São Paulo, Perspectiva, 1995.

34 Escreve Appadurai que “esta dimensión de lo que he denominado el «trabajo de la imaginación» no está del todo dissociada de la imaginación como facultad creativa, reflejada en asuntos de estilo, modas,

leitura arguta e precisa da maneira como os subalternizados têm se valido das tecnologias de comunicação e sedução do presente para se infiltrarem nas brechas do que Beatriz/Paul Preciado chamou de sistema global sexo-raça-capital³⁵.

Com nossa imaginação azeitada, fomos percebendo que as fronteiras traçadas entre Norte e Sul são mais porosas e penetráveis do que nos fizeram crer. Centros sempre tiveram suas periferias, e as periferias, por sua vez, sempre tiveram seus centros. Foram as ideias dessas periferias centrais aquelas que me impressionaram. Pois foram suficientemente potentes para se transformarem em textos e viajarem. De modo que, parafraseando Oswald de Andrade, “não foram só cruzados que vieram catequizar nossa ciência bárbara. Foram também os fugitivos de uma civilização que estamos comendo, porque somos fortes como a Iara das águas doces³⁶”. São essas fugitivas e fugitivos aqueles sujeitos das periferias centrais. Aquelas pessoas cujas subjetividades foram marcadas pela depreciação de sua cor, pela patologização de seus desejos, pela depreciação da sua ciência pouco ortodoxa. É essa turba que me interessa. Por seu potencial político, me interessam.

Rapidamente termos como heterossexualidade compulsória, regime heteronormativo, abjeção e performatividade passaram a ocupar fóruns políticos, arenas acadêmicas, páginas de comportados periódicos científicos. Em uma análise diletante, acho que isso tem a ver com essa busca da qual eu falava há pouco, por novos referentes, por um léxico torcido, fresco o suficiente para não estar marcado pelo peso dos saberes psi, médicos e jurídicos.

Assim, a teoria queer foi para nós, mas também para outras e outros latinxs americanxs, um campo de articulação e luta. Nas palavras de San Martín, “«lo queer» refiere a una posición de resistencia y localización estratégica frente a procesos de normalización de lo gay y lo lésbico tanto en las lógicas del sistema neoliberal (mercado gay), como en la institucionalización de un discurso estatal multiculturalista que promueve políticas antidiscriminatorias y de tolerancia, sin cuestionar sus

deseos y búsqueda de riquezas. Pero también es un crisol para el trabajo cotidiano de la supervivencia y la reproducción. Es el lugar donde se encuentran los asuntos relacionados con la riqueza y el bienestar, los gustos y deseos, el poder y la resistencia. Este análisis del papel de la imaginación como un hecho popular, social y colectivo en la era de la globalización reconoce su carácter dual. Por un lado, es en y a través de la imaginación que los ciudadanos modernos se disciplinan y son controlados por los Estados, los mercados y otros poderosos intereses. Pero también es la facultad a través de la cual surgen los modelos colectivos de disensión y de nuevas ideas para la vida colectiva”. (Appadurai, 1999: s.n.). Para ver mais: APPADURAI, Arjun, “La globalización y la imaginación en la investigación”, in *Revista Internacional de Ciencias Sociales*, nº 160, 1999, s/n.

35 CARRILLO, Jesús, “Entrevista com Beatriz Preciado”, in GERALDO, Sheila, RIBEIRO, Marta, SIMÃO, Luciano Vinhosa, *Poiésis*, Niterói, nº 15, 2010, p. 47-71.

36 A frase no original: “Mas não foram cruzados que vieram. Foram fugitivos de uma civilização que estamos comendo, porque somos fortes e vingativos como o Jabuti” (Andrade, 1922). Minha opção pela Iara ao invés do Jabuti, creio, é autoexplicativa, mas, sob o risco da redundância conto que nossa sereia índia, vivente das águas doces e profundas dos rios amazônicos, tem poder de seduzir pelo canto os homens que deseja, por prazer ou capricho. Um dia a sereia foi humana e guerreira e por sua força quase foi morta pelos seus invejosos irmãos. Mas antes que eles conseguissem seu intento, Iara, que tinha audição fina, despertou, evitando a emboscada, e os matou primeiro. Receosa da reação de seu pai, resolveu fugir, mas foi encontrada e atirada ao rio, lugar de morte para muitos povos amazônicos. Os peixes a salvaram, transformando-a em sereia. Para ver mais: ANDRADE, Oswald, “Manifesto Antropofágico”, in *Revista de Antropofagia*, Ano 1, nº 1, maio de 1928. 24 de fevereiro de 2016 <<http://antropofagia.uol.com.br/manifestos/antropofagico/>>.

bases epistemológicas heterossexistas. Se trata de «lo queer» entonces, como una resistencia política frente a las lógicas de lo que denomino «homosexualidad de Estado»³⁷”.

Creio que essas produções têm mostrado a potência das reflexões locais, na sua intensidade antropofágica. Não estamos tentando “traduzir o queer da sociedade central para a sociedade da periferia”, como teme Mário César Lugarinho, nem traindo “a própria antropofagia que nos confere identidade³⁸”. Faço a mesma aposta que Lugarinho, a de que nossa produção é aquela gestada nas fronteiras, na ambiguidade das margens, do estar aqui e lá a um só tempo. Dos riscos que o entre-lugar apresenta, mas também da riqueza que essa experiência proporciona.

Temos procurado mostrar que a construção dos sujeitos abjetos é marcada por discursos de poder nos quais as experiências de exclusão estão referidas a processos históricos que marcam subjetividades. Talvez nossa própria experiência fronteiriça tenha nos sensibilizado para essa produção marginal, subversiva, forjada pela força rasteira dos que sempre necessitaram enfrentar os inseticidas morais para sobreviver.

Este texto é uma versão revista e enriquecida do artigo “Traduções e torções ou o que se quer dizer quando dizemos queer no Brasil?”, publicado em 2014 na revista *Revista Periódicus*³⁹.

Bibliografia

- ANDRADE, Oswald, “Manifesto Antropofágico”, in *Revista de Antropofagia*, Ano 1, nº 1, maio maio de 1928. 24 de fevereiro de 2016 <<http://antropofagia.uol.com.br/manifestos/antropofagico/>>.
- APPADURAI, Arjun, “La globalización y la imaginación en la investigación”, in *Revista Internacional de Ciencias Sociales*, nº 160, 1999, s/n.
- BENTO, Berenice, *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*, Rio de Janeiro, Garamond, 2006.
- BESSA, Karla Adriana Martins, *Gender Trouble: outra perspectiva de compreensão do Gênero*, in *Cadernos Pagu*, Campinas, São Paulo, vol. 4, 2005, p. 261-267.
- BUTLER, Judith, *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2003.
- , “Fundamento Contingentes: o Feminismo e a questão dos pós-modernismos”, in *Cadernos Pagu*, nº 11, 1998. p. 11-42.

37 SAN MARTÍN, Rivas, “Diga ‘queer’ con la lengua afuera: Sobre las confusiones del debate latinoamericano”, in *Por un feminismo sin mujeres*, Santiago de Chile, CUDS, 2011, p. 64.

38 LUGARINHO, Mário César, “Como traduzir a teoria queer para a língua portuguesa”, in *Revista Gênero*, vol. 1, nº 2, 2001, p. 44.

39 PELÚCIO, Larissa, “Traduções e torções ou o que se quer dizer quando dizemos queer no Brasil?”, in *Revista Periódicus*, nº 1, maio-outubro, 2014.

- CÂMARA, Cristina e LIMA, Ronaldo, “Histórico das ONGs/Aids e sua contribuição no Campo das Lutas Sociais”, in *Cadernos ABONG-Direitos humanos, cidadania e Aids*, 28, São Paulo, Ed. Autores Associados, 2000.
- CARRILLO, Jesús, “Entrevista com Beatriz Preciado”, in GERALDO, Sheila, RIBEIRO, Marta, SIMÃO, Luciano Vinhosa, *Poiésis*, Niterói, nº 15, 2010, p. 47-71.
- COLLING, Leandro e NETO, Djalma Rodrigues Lima (org.), *Estudos e políticas do CUS: grupo de pesquisa Cultura e Sexualidade*, Salvador, Editora da Universidade Federal da Bahia, 2013.
- DERRIDA, Jacques, *A escritura e a diferença*, São Paulo, Perspectiva, 1995.
- FANON, Frantz, *Pele Negra, Máscaras Brancas* (1952), Salvador, EDUBA, 2008.
- GROSFUGUEL, Ramón, “La descolonización de la economía política y los estudios postcoloniales”, *Tabula Rasa*, Bogotá-Colombia, nº 4, enero-junio de 2006, p. 17-48.
- , “Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 80, março de 2008, p. 115-147.
- LOURO, Guacira Lopes, “Os estudos feministas, os estudos gays e lésbicos e a teoria queer”, in *Labrys, estudos feministas*, agosto/dezembro, nº 6, 2004.
- LUGARINHO, Mário César, “Como traduzir a teoria queer para a língua portuguesa”, in *Revista Gênero*, vol.1, nº 2, 2001, p. 33-40.
- MIGNOLO, Walter, “Colonialidad del poder y diferencia colonial”, in *Anuario Mariateguiano*, Lima, Amauta, vol.11, nº 10, 1999.
- MISKOLCI, Richard, *O Desejo da Nação – masculinidade e branquitude no Brasil finissecular*, São Paulo, Annablume/Fapesp, 2012.
- , “Não somos, queremos: reflexões queer sobre a política sexual brasileira contemporânea”, in COLLING, Leandro (org.), *Stonewall 40 + o que no Brasil?*, Salvador, EDUFBA, 2011, vol. 1, p. 37-56.
- MISKOLCI, Richard e PELÚCIO, Larissa, “Prefácio à nova edição”, in PERLONGHER, Néstor, *O Negócio do Michê: prostituição viril em São Paulo*, São Paulo, Perseu Abramo, 2008.
- OCHOA, Marcia, “Ciudadanía perversa: divas, marginación y participación en la ‘localización’”, in *Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización*, Daniel Mato (coord.), Caracas, FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004, p. 239-256.
- ORTEGA, Francisco, “Práticas de ascese corporal e constituição de bioidentidades”, in *Cadernos de Saúde Coletiva*, vol. 11, nº 1, 2003, p. 59-77.

- PARKER, Richard. G., "Civil Society, Political Mobilization, and the Impact of HIV Scale-up on Health Systems in Brazil", in *Journal of Acquired Immune Deficiency*, vol. 52, 2009, p. S49-S51.
- PELÚCIO, Larissa, "ONGs/AIDS e Estado: parceria e conflito", Dissertação de Mestrado Não-Publicada, Programa de PósGraduação em Sociologia Política, Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2002.
- PEREIRA, Pedro Paulo G., "Queer nos trópicos", in *Revista Contemporânea*, vol. 2 (2), 2012.
- PERLONGHER, Néstor, *O Negócio do Michê: prostituição viril em São Paulo*, São Paulo, Brasiliense, 1987.
- PRECIADO, Beatriz, *Manifiesto contra-sexual*, Madrid, Opera Prima, 2002.
- , "Terror Anal: apuntes sobre los primeros días de la revolución sexual", in HOCQUENGHEM, Guy, *El deseo homosexual*, España, Ed. Melusina, S. L., 2009.
- RÍOS, Paola, "¿Ser o estar "queer" en Latinoamérica? El devenir emancipador", in LEMEBEL, PERLONGHER e ARENAS, *Revista ÍCONOS* 39, 2011, p. 111-112.
- RUISECO, Gisela e VARGAS, Liliana, "La Europa-fortaleza y su otro (inmigrante) colonial: Un análisis desde las propuestas del Programa Modernidad/Colonialidad Latinoamericano", in *I training seminar de jóvenes investigadores en dinámicas interculturales*, Barcelona, Fundación CIDOB, 2009.
- SAN MARTÍN, Rivas, "Diga 'queer' con la lengua afuera: Sobre las confusiones del debate latinoamericano", in *Por un feminismo sin mujeres*, Santiago de Chile, CUDS, 2011, p. 59-75.
- SCALON, Celi, "Desigualdade, pobreza e políticas públicas: notas para um debate", *Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar*, nº 1, Jan.-Jun. 2011, p. 49-68.
- TREVISAN, João Silvério, *Devassos no Paraíso - A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*, Rio de Janeiro e São Paulo, Record, 2004.